



## **Resolução Política da Comissão Coordenadora Regional do BE/Açores**

**2 de fevereiro de 2018**

### **Aprofundar a Autonomia e a Democracia**

A 2 de Fevereiro de 2019 a Comissão Coordenadora Regional do BE/Açores, reuniu para debater e aprofundar as propostas do Grupo Parlamentar do BE/Açores no que respeita ao aprofundamento da Autonomia.

1 - O Bloco de Esquerda, sempre defendeu a causa Autónómica e tem uma visão dinâmica do seu aprofundamento para responder aos novos problemas e exigências que se colocam à Região e aos açorianos e açorianas na busca das melhores soluções para elevar as suas condições de vida. Nesse sentido e mais uma vez, fomos, a par do Partido Socialista, os únicos a apresentar propostas concretas para a reforma da autonomia, a 31 de Dezembro de 2018, prazo definido para o efeito na Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia.

2 - Não deixamos de salientar que no processo constante de defesa e aprofundamento autonómico, o Bloco de Esquerda/Açores, sempre teve o apoio inequívoco sua Direcção Nacional, o que é hoje por demais patente na questão do ordenamento e gestão dos mares dos Açores. O Bloco é o único Partido a nível nacional que assumiu, de forma inequívoca, que o ordenamento e gestão do mar dos Açores deve pertencer à Região.

3 - As linhas de fundo do aprofundamento da Autonomia, devem em nosso entender, estar ligadas também ao aprofundamento da Democracia, pois estes pilares da nossa vida colectiva, têm de estar indissoluvelmente ligados.

4 - As principais linhas de força das nossas propostas assentam em ideias fundamentadas nas exigências e necessidades que hoje se colocam e que o amadurecimento do processo autonómico tornaram prementes.

Ao nível constitucional defendemos:

- O fim da proibição à existência de partidos regionais - fomos o único partido a apresentar e defender esta proposta no último processo de revisão constitucional.
  - Colocar no texto constitucional, de forma clara e inequívoca, que a região tem poderes de ordenamento e gestão sobre o seu mar, desde a linha de costa até ao limite exterior da plataforma continental.
  - Substituir o Representante da República por uma figura institucional eleita, por maioria de dois terços pelo nosso parlamento e transferir para esta nova figura, que
-



passa a incluir-se nos órgãos de governos próprio, todas as competências políticas e jurídicas que cabem ao atual Representante da República.

O processo de revisão constitucional, quanto à sua iniciativa, não depende da Região, nem de qualquer órgão de governo próprio. Depende exclusivamente da iniciativa dos deputados/as e dos partidos representados na Assembleia República.

Tendo em conta esta realidade e porque o nosso objetivo é resolver problemas que se colocam à Região e não fazer deste processo uma mera encenação política; tendo em conta que a iniciativa de revisão do Estatuto cabe unicamente à Região, apresentamos propostas para rever o nosso Estatuto Político- Administrativo, nomeadamente:

- Tornar possível a grupos de cidadãos concorrer às eleições legislativas regionais.
- Aprofundar, dentro do que é possível com o atual texto da Constituição, a capacidade de decisão sobre o mar adjacente à região, pelos órgãos de governo próprio.
- Aumentar a capacidade de ação e de intervenção, no atual quadro constitucional dos órgãos de governo próprio no que diz respeito aos tratados e acordos internacionais que impliquem direta ou indiretamente com a Região.

No plano eleitoral:

Para além de abrir a possibilidade de listas de cidadãos concorrerem nas legislativas regionais, assumimos a paridade total nas listas candidatas à Assembleia Legislativa, assim como a disposição intercalada entre géneros.

São estas as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda para o desafio do aprofundamento da Autonomia, que deve corresponder também ao aprofundamento da democracia.

É precisamente no que respeita à democracia e ao seu aprofundamento que divergimos das propostas apresentadas pelo PS.

Estas, embora apontem no sentido que consideramos acertado no que diz respeito ao aprofundamento do processo autonómico, são contraditórias no que concerne ao aprofundamento da democracia.

1 - No que respeita à substituição do Representante da República, permanece na nova figura a criar unicamente o direito de verificação da constitucionalidade, eliminando os outros poderes, por exemplo o direito de veto político.

Esta formulação dá ao Presidente do Governo, quer do ponto de vista político quer formal, um poder desmedido. A este poder, se juntarmos o que conhecemos em cenários recorrentes de maioria absoluta onde o parlamento é frequentemente instrumentalizado, a democracia fica em défice claro.

---



A proposta do PS, quebra o sistema de contrapoderes, instituído na nossa democracia, com o modelo semi-presidencial constitucionalmente consagrado e que defendemos.

2 - Numa mera ilusão e artificialismo de autonomismo, o PS apresenta uma alteração à lei eleitoral para o Parlamento Europeu que prevê a criação de círculos regionais (Açores e Madeira). Esta proposta distorce de forma grotesca a proporcionalidade. Cria círculos de 1 eleito para 400.000 mil eleitores e círculos de 1 eleito para 100.000 eleitores.

Numa Região que foi obrigada a alterar a sua lei eleitoral por falta de proporcionalidade, estranhamos propostas deste teor.

3 - No que respeita aos Conselhos de Ilha, a proposta do PS aumenta a confusão de órgãos, criando novos e tornando outros redundantes. Esta proposta não tem qualquer eficácia prática e coloca as autarquias sob tutela dos Conselhos de Ilha, cenário de duvidosa legalidade.

Pese embora as críticas iniciais aos projetos apresentados, a Comissão Coordenadora Regional do Bloco de Esquerda/Açores, através do seu Grupo Parlamentar, assume a sua total disponibilidade para através do debate político, da concertação de posições, e de espírito aberto e colaborante, ter como objetivo chegar a definições finais que aprofundem a autonomia e a democracia e sirvam os açorianos e açorianas.